

Políticas Públicas e o Desenvolvimento da Ciência

Karine Dalazoana
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Karine Dalazoana

(Organizadora)

**Políticas Públicas
e o Desenvolvimento da Ciência**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas e o desenvolvimento da ciência [recurso eletrônico]
/ Organizadora Karine Dalazoana. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-95-6

DOI 10.22533/at.ed.956180512

1. Ciência – Estudo e ensino – Brasil. 2. Ciência – Aspectos
sociais. 3. Ciência – Política e governo. I. Dalazoana, Karine.

CDD 303.483

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne modernos textos acerca da temática políticas públicas e desenvolvimento da ciência, traduzindo os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas em instituições de ensino superior e pesquisa por todo o Brasil.

Por se tratar de um tema amplo, dotado de uma infinidade de vieses, optou-se por utilizar seções temáticas, as quais facilitam a apresentação dos temas em áreas do conhecimento.

A primeira seção trata das diversas acepções e representações acerca da educação pública, com destaque especial ao ensino de ciências. Os textos versam sobre temáticas que vão da experimentação científica, permeando pelas aulas em campo e visitas técnicas, práticas vivenciais até findar no aspecto do aproveitamento escolar e na intervenção pedagógica.

A segunda seção concentra estudos de caráter experimental relacionados à microbiologia. Os temas englobam estudos de comportamento microbiano, antibiose e a utilização dos microrganismos no monitoramento ambiental.

A terceira seção se ocupa de estudos em bioquímica, especialmente voltados ao consumo e manufatura de alimentos, assim como finaliza com um estudo sobre o comportamento físico-químico de materiais naturais e sintéticos.

Na quarta seção tem-se um apanhado sobre as diversas estratégias em saúde coletiva desenvolvidas nos setores públicos e privados do País. Desse modo, têm-se discussões sobre saúde ocupacional e posteriormente acerca da saúde mental, voltadas para o aspecto da depressão e da ansiedade.

A quinta seção versa sobre estudos em ecobiologia e estratégias de gestão sustentável do meio ambiente, na qual os capítulos permeiam os aspectos mais diversos da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Trazendo estudos em entomologia, conservação da natureza, impactos socioambientais, agroecologia, ecologia vegetal e construções sustentáveis.

Na sexta seção são apresentados textos sobre tecnologia da informação e inovação tecnológica. Os capítulos tratam sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas inovadoras para facilitar tanto o aprendizado científico quanto as atividades cotidianas em áreas diversas do conhecimento.

A sétima seção traz um compêndio sobre gestão democrática e participação popular, na qual são apresentados textos sobre gestão escolar democrática, gestão em saúde, participação popular e gestão de custos.

Na oitava seção têm-se alguns estudos sobre representação visual, políticas públicas e o discurso racional. Os textos permeiam entre a autorrepresentação, iconografia, razão, direito e literatura.

Por fim, na nona seção, são apresentados estudos sobre mobilidade urbana, de modo a demonstrar diagnósticos e estratégias de melhoria à mobilidade em cidades brasileiras.

Espera-se que o leitor encontre informações atuais, contextualizadas com a realidade das diversas regiões brasileiras e, além disso, estudos modernos que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas e da ciência no Brasil.

Karine Dalazoana

SUMÁRIO

SEÇÃO I

POLÍTICAS PÚBLICAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE CIÊNCIAS

CAPÍTULO 1	1
VISITAS TÉCNICAS: RELEVANTE FERRAMENTA DIDÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Evandro Bacelar Costa</i>	
<i>Sárvia Rafaelly Nunes Santos</i>	
<i>Thaciane Lareska Vaz Sousa</i>	
<i>Alberto Alexandre de Sousa Borges</i>	
<i>Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805121	
CAPÍTULO 2	10
CARAVANA CIENTÍFICA: AVALIAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO	
<i>Clemilda Figueredo Nascimento Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805122	
CAPÍTULO 3	16
HORTA ESCOLAR ORGÂNICA COMO LABORATÓRIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA	
<i>Ítala Lorena de Lima Ferreira</i>	
<i>Raildo de Souza Torquato</i>	
<i>Juliana Ferreira Calfas</i>	
<i>Vanesse do Socorro Martins de Matos</i>	
<i>Augusto Izuka Zanelato</i>	
<i>Ademir Castro e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805123	
CAPÍTULO 4	23
O EXPERIMENTO “LABIRINTO ELÉTRICO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ELETRICIDADE	
<i>Honório Pereira da Silva Neto</i>	
<i>Yara Maria Resende da Silva</i>	
<i>Miguel Henrique Barbosa e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805124	
CAPÍTULO 5	30
DESCARTE DE RESÍDUOS EM AULAS DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Julia Carneiro Romero</i>	
<i>Wesley Nascimento Guedes</i>	
<i>Fábio Alan Carqueija Amorim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805125	
CAPÍTULO 6	47
A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA CONEXÃO AQUARELA SOBRE O ENSINO DA QUÍMICA: PRESSUPOSTOS E DELIBERAÇÕES	
<i>Juliana Pereira Fadul</i>	
<i>Nicole Karen Vasconcelos Varela da Silva</i>	
<i>Ineval Borges dos Santos Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805126	

CAPÍTULO 7 54

CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM
RELAÇÃO AO CONCEITO CIENTÍFICO DE LIPÍDIOS

Raquel Miranda de Souza Nogueira Sampaio

Rodrigo Maciel Lima

DOI 10.22533/at.ed.9561805127

CAPÍTULO 8 70

PET LICENCIATURAS E A EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO DISCENTE NO PROJETO A CIÊNCIA FEMININA

Ana Cristina de Sousa

Ana Luísa Santos de Carvalho

Giulia de Oliveira Pinheiro

Glêvia Ferraz Bezerra

Kelly Karoline Sena dos Santos

Lorena Savazini

Mateus Santos Carapiá

Ubiratam Gomes dos Santos Júnior

Wallace Rezende Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.9561805128

CAPÍTULO 9 83

REPROVAÇÃO X APROVAÇÃO: QUANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FAZ A DIFERENÇA

Janis Helen Vettorazzo

DOI 10.22533/at.ed.9561805129

SEÇÃO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM MICROBIOLOGIA

CAPÍTULO 10 94

ANÁLISE DA SUSCETIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE BACTÉRIAS VEICULADAS POR FORMIGAS EM
AMBIENTE NOSOCOMIAL

Jéssica Karine Távora de Sousa

Gleciane Costa de Sousa

Francilene de Sousa Vieira

Gizelia Araújo Cunha

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051210

CAPÍTULO 11 104

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SOBRES DE ALIMENTOS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Karine Barbosa de Menezes

Rodrigo César de Moura Castro Alves

Milena de Castro Fernandes

Laudilse de Moraes Souza

Maria Cristina Delgado da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051211

CAPÍTULO 12 109

EFEITO ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS VEGETAIS EM BACTÉRIAS PRODUTORAS DE β - LACTAMASES DE
ESPECTRO ESTENDIDO

Gizelia Araújo Cunha

Francilene de Sousa Vieira

Gleciane Costa de Sousa

João Alberto Santos Porto

Jéssica Karine Távora de Sousa

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051212

CAPÍTULO 13..... 123

MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS COLIMÉTRICAS DOS RIOS CAPIVARI E BACAXÁ NA REGIÃO DOS LAGOS - RJ

Priscila Gonçalves Moura
Antônio Nascimento Duarte
Lucianna Helene Silva dos Santos
Adriana Sotero-Martins

DOI 10.22533/at.ed.95618051213

SEÇÃO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM BIOQUÍMICA

CAPÍTULO 14..... 136

DETECÇÃO DE AGLUTININAS NA CASCA E AMÊNDOA DE COIX LACRYMA-JOBI

Maurício Oliveira Paixão
Silvana Braga da Silveira
Wagner Pereira Félix

DOI 10.22533/at.ed.95618051214

CAPÍTULO 15..... 141

ANÁLISE DO PH DA ÁGUA CONSUMIDA POR FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DO IFBA – BARREIRAS

Tatielly de Jesus Costa
Josilene Rosa Sobral
Lilian Karla Figueira da Silva
Alexandre Boleira Lopo

DOI 10.22533/at.ed.95618051215

CAPÍTULO 16..... 146

AValiação dos Índices de Acidez e Peróxidos do Óleo de Soja Utilizado em Frituras de Alimentos Comercializados no Centro da Cidade de Ilhéus-BA

Marina Santos de Jesus
Luana Santos Moreira
Florian dos Santos Costa
Clissiane Soares Viana Pacheco
Fábio Alan Carqueija Amorim

DOI 10.22533/at.ed.95618051216

CAPÍTULO 17..... 159

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE COMPÓSITOS REFORÇADOS COM TECIDOS DE ALGODÃO E NYLON

Marcos Lopes Leal Júnior
Marcos Massao Shimano

DOI 10.22533/at.ed.95618051217

SEÇÃO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 18..... 171

“INVESTIMENTOS” EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ENTRE A OBRIGAÇÃO LEGAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

José Tenório dos Santos Neto
Ana Virgínia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051218

CAPÍTULO 19..... 182

GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP)

Tatiana Rosa do Carmo

Thaís Almeida de Paula

Sebastião Ezequiel Vieira

DOI 10.22533/at.ed.95618051219

CAPÍTULO 20..... 186

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A SINTOMAS DE ANSIEDADE EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Gabriela Sales dos Santos

Samara Carolina Rodrigues

Alessandra Santos Sales

Paulo da Fonseca Valença Neto

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Icaro José Santos Ribeiro

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051220

CAPÍTULO 21..... 194

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Samara Carolina Rodrigues

Gabriela Sales dos Santos

Alessandra Santos Sales

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051221

SEÇÃO V

ESTUDOS EM ECOBIOLOGIA E ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

CAPÍTULO 22..... 203

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLEÓPTEROS DEPOSITADOS NAS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, CAMPUS IX

Adriana Gonçalves Barbosa

Juliana Luiz dos Santos

Diany dos Santos Ibiapina

Greice Ayra Franco-Assis

DOI 10.22533/at.ed.95618051222

CAPÍTULO 23..... 208

VALORAÇÃO ECONÔMICA DA DEGRADAÇÃO DO CERRADO: O CASO DO PEQUI (CARYOCAR BRASILIENSE CAMB.)

Amanda Ferreira Andrade

Humberto Ângelo

DOI 10.22533/at.ed.95618051223

CAPÍTULO 24..... 216

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS CONSTRUÇÕES INADEQUADAS NO MUNICÍPIO DE
GUANAMBI-BA

Ana B. M. Guimarães

Nicole S. Malheiros

Vitoria L. Fernandes

Indira T. L. Rego

Hudson A. Costa

DOI 10.22533/at.ed.95618051224

CAPÍTULO 25..... 219

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SC: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rafael Dantas Dias

DOI 10.22533/at.ed.95618051225

CAPÍTULO 26..... 236

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO,
CANDIBA-BA

Brisa Ribeiro de Lima

Elcivan Pereira Oliveira

Enok Pereira Donato Júnior

Felizarda Viana Bebé

Priscila Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.95618051226

CAPÍTULO 27..... 241

USO DA TOPOGRAFIA EM LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO PARA A MEDIÇÃO DE ALTURA DE ÁRVORES ARBÓREAS

Francisco Almeida Ângelo

Davi Rodrigues Silva

Barbara Rodrigues Gusmão

Ivanildo Antônio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051227

CAPÍTULO 28..... 249

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FÔRMAS DE
POLIPROPILENO EM COMPARAÇÃO A FÔRMAS DE MADEIRA

Alberto de Sousa Mol

Brenda Fernanda Araújo Maia

Bruno Dutra Vidigal

Helton Gonçalves Silva Junio

DOI 10.22533/at.ed.95618051228

SEÇÃO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

CAPÍTULO 29..... 258

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR A APRENDIZAGEM DAS LEIS DE MENDEL

Fernanda da Silva Vieira

Beatriz Bezerra De Souza

Emídio José de Souza

Gustavo Soares Vieira

Wilza Carla Moreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051229

CAPÍTULO 30 265

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA AUXILIO NO ENSINO DA TEORIA DAS CORES

Helder Gualberto Andrade Rodrigues Junior

Fabio Luiz Sant'Anna Cuppo

DOI 10.22533/at.ed.95618051230

CAPÍTULO 31 274

DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE STEWART PARA SIMULAÇÃO DE MONTAGEM DE BLOCOS DE EMBARCAÇÃO EM LABORATÓRIO

Janaína Ribas de Amaral

Roberto Simoni

DOI 10.22533/at.ed.95618051231

CAPÍTULO 32 288

INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES PARA AUTOMATIZAR RESERVAS DE VIAGENS: UMA ABORDAGEM USANDO PADRÕES

Edinaldo Gaspar da Silva

Fabricia Roos Frantz

Rafael Z. Frantz

DOI 10.22533/at.ed.95618051232

SEÇÃO VII

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO 33 299

A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DOS CONSELHOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ÉRICO CARDOSO – BAHIA

Kleonara Santos Oliveira

André Lima Coelho

Martha de Cássia Nascimento

Arthur Prado Netto

DOI 10.22533/at.ed.95618051233

CAPÍTULO 34 304

ESTUDO DO CONSELHO DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE INTEGRANTE DA RIDE-DF

Thayna Karoline Sousa Silva

Mariana Sodario Cruz

Danylo Santos Silva Vilaça

DOI 10.22533/at.ed.95618051234

CAPÍTULO 35 315

10ENVOLVER: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CINCO MUNICÍPIOS DE MENOR IDH-M DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Valéria Cristina da Costa

Leonel de Oliveira Pinheiro

Luís Ricardo de Souza Corrêa

Patrícia Jeane Queiroz de Souza

Anne Raquel Queiroz Souza

Artemiza Oliveira Souza

Carlos Daniel Ribeiro Santos

Deliene Fracete Gutierrez

Eliana Batista dos Santos

Eliete Ramalho Gomes

Gresiane Soares Lima
Juliana Lemes da Cruz
Kátia Maria da Silva
Leonardo de Oliveira Pinheiro
Mayne Luísa Silva Veronesi
Nacip Mahmud Láuar Neto

DOI 10.22533/at.ed.95618051235

CAPÍTULO 36 331

METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA IFES: O CASO DA UFAL

Lucas Silva De Amorim
Lílian Gabriela Pontes Rolim
Anderson De Barros Dantas

DOI 10.22533/at.ed.95618051236

SEÇÃO VIII

REPRESENTAÇÃO VISUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DISCURSO RACIONAL

CAPÍTULO 37 342

DO AUTORRETRATO A SELFIE: A CARICATURA DO EGO

Virgínia De Fátima De Oliveira E Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051237

CAPÍTULO 38 344

ICONOGRAFIA VISUAL NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: AS OBRAS DE ARTES NO ESTUDO DE ARIÈS

Mayelle da Silva Costa
Alexandre Silva dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.95618051238

CAPÍTULO 39 359

OS ERROS DA RAZÃO OCIDENTAL NO CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS, DE F.W. NIETZSCHE

Adolfo Miranda Oleare

DOI 10.22533/at.ed.95618051239

CAPÍTULO 40 369

DIREITO E LITERATURA: DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA

Conceição Aparecida Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.95618051240

SEÇÃO IX

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE URBANA

CAPÍTULO 41 384

TAXA DE MOBILIDADE DE SALVADOR; UM ESTUDO DE CASO DO IMBUI PARA O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Anamaria Miguez Martinez de Souza
Jancarlos Menezes Lapa
Lavínia Carmo
Júlia Nunes Ramos
Naiara Epitáfio Silva
Lorena Rocha Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.95618051241

CAPÍTULO 42 393

TRÂNSITO ACESSÍVEL: UMA TECNOLOGIA PARA A HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Karla Rocha Carvalho Gresik Renato Barreto

Gonzaga

Bruno Raí Santos Silva

Getílio Pereira Dias Junior Catilene Souza

Florêncio Sampaio Mariana de Oliveira Neres

DOI 10.22533/at.ed.95618051242

SOBRE A ORGANIZADORA 406

ICONOGRAFIA VISUAL NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: AS OBRAS DE ARTES NO ESTUDO DE ARIÈS

Mayelle da Silva Costa

Unifesspa, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências Humanas.

Marabá-PA.

Alexandre Silva dos Santos Filho

Unifesspa, Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Linguística, Letras e Artes.

Marabá-PA.

RESUMO: A criança é um ser em construção que se transforma de acordo com a sociedade e o meio na qual está inserida. Na Idade Média, eram vistas como um ser sem significância e sem infância, sujeitos silenciados pela sociedade, sem direito de exercer suas vontades. Este estudo trata das concepções de infância e o conceito de criança a partir da iconografia visual vislumbrada por Ariès (2006) e como compreensão analítica das imagens, parte-se do princípio de Panofsky (2007) que permite entender o quanto tem de informação visual deixada pela ação do artista em uma obra de arte e que ela não é só um objeto estético, mas também um documento vivo e histórico. Parte-se de uma abordagem teórica, onde se discute o papel da criança e sua família na sociedade moderna e a dificuldade histórica e cultural de se relacionar com a criança e sua infância, tratando-a como adulto em miniatura.

Refletindo esses conceitos a partir do ponto de vista histórico, considerando as transformações ocorridas em um período em que a infância era desconhecida e ao longo da história, tornou-se um artefato social. Por fim, conclui-se que a criança absorve todas as informações e atitudes dos adultos, desenvolvendo os mesmos hábitos sociais e culturais ao seu modo de agir no mundo.

PALAVRAS CHAVE: Criança, Infância e Família.

ABSTRACT: The child is a construction that turns according to society and the environment in which it is inserted. In the Middle Ages, were seen as a be without significance and without childhood, subject silenced by society, without the right to exercise their wills. This study deals with the conceptions of childhood and the concept of child from the visual iconography envisioned by Ariès (2006) and as analytical understanding of images is part of the principle of panofsky (2007) which allows us to understand how features of visual information left by the action of the artist in a work of art and that it is not only an aesthetic object, but also a living document and history. It is a theoretical approach, where he discusses the role of the child and his family in modern society and the historical and cultural difficulties to relate with the child and his childhood, treating them as adults in miniature. Reflecting these

concepts from the historical point of view, considering the transformations that have occurred in a period in which the childhood was unknown and throughout history, it became a social artifact. Finally, it concludes that the child absorbs all the information and attitudes of adults, developing the same social and cultural habits to their way of acting in the world.

KEYWORDS: Child, children and family.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teórica tem como base a análise iconográfica dos estudos de Ariès (2006), cuja representação simbólica e pictórica, traz a condição limite e interpretativa da imagem visual que é possível se relacionar com uma diversidade de conceitos de criança e infância. Ampara-se pelo conteúdo da história da arte, seguindo o processo de leitura da imagem que se inicia com a descrição e análise das obras citadas por Ariès (2006), tendo-as como objeto arqueológico.

Parte-se então da concepção de que as crianças, desde a Idade Média, eram consideradas adultos em miniatura pela sociedade e por suas famílias. No âmbito sociocultural, esta questão influi no modo de pensar a criança e reflete no ambiente onde ela está inserida. Nesse sentido, é fundamental rever a idéia de criança na história, bem como reconhecer a sua percepção de mundo, resultante dos conceitos adquiridos, os quais refletem na contemporaneidade.

Tendo como objetivo examinar as concepções de infância a partir da iconografia visual em Ariès, entender a representação da criança na história e perceber quais as dimensões relativas às transformações, são pertinentes aos conceitos a ela dirigidos, uma vez que isso vem se reproduzindo na condição social e é perceptível na visão contemporânea da criança. As circunstâncias educacionais, sociais e culturais promovem acessibilidade relacionada à forma estética oriunda da infância, isso condiz com a informação de um mundo preparado, codificado e criptografado pelos adultos ao ponto de impossibilitar qualquer unidade do pensamento dirigido pela razão, mas também mostra uma realidade de representação em que a da criança faz parte.

2 | A CRIANÇA E SUA INFÂNCIA

A história mostra através de vários acontecimentos o significado de ser criança nos diversos períodos das civilizações, principalmente, no ocidente, posto que a infância, no passado, não era considerada pelos adultos. Assim, a criança era vista sem interesse social, econômico e cultural, não havia preocupação com seus sentimentos e vontades.

Para entendermos a trajetória histórica do desenvolvimento conceitual de ser criança e ter uma infância, observa-se as imagens iconográficas elaboradas por artistas em diferentes períodos, que ilustram e caracterizam a vida privada das famílias e

crianças – como elas se vestiam, em que ambiente social viviam, qual era a situação econômica, o aspecto da vida política e social etc. –, claro que estes documentos, apesar de situação específica, mostram na maioria dos casos as famílias burguesas em situação privilegiadas; pois bem sabemos que os artistas e ilustradores da vida cotidiana apontavam para o meio social de melhor situação econômica e cultural.

Outro aspecto diz respeito ao conceito que se formou em torno desse ser e de sua infância. Muitos documentos foram protagonizados no sentido de que é possível perceber de algum modo o perfil de criança e ter uma clara ideia de sua infância. Tais elaborações teóricas e sígnicas atrelam-se ao conceito de criança no momento de sua concepção, mas no decorrer dos séculos, a criança não aparece como protagonista central da história, apenas como alguém que surge e contracena com as famílias. Deste modo, é perceptível vislumbrar um perfil de criança e conceitos de infância elaborados pelos adultos para designar um determinado fim.

Percebe-se ainda que a fase da infância passa a ter uma importância tamanha para a sociedade atual, que antes não existia. Por outro lado, há de ponderar que mesmo se verificando diversas conquistas nesse campo de estudos sobre a criança, encontramos ainda em nossos dias crianças que não possuem infância, pois os direitos não acontecem iguais para todas elas. Por muito tempo, somos sabedores, de que a criança não fora considerada como tal, nem se quer havia finalidade para sê-la, uma vez que a mesma era considerada pelos familiares e sociedade como adulto de tamanho reduzido.

O contexto histórico e cultural no qual esse conceito e ideias foram formados apresenta-se forjados na contemporaneidade sob a insígnia do passado que não passou. Partindo assim o pressuposto de que a infância da antiguidade é semelhante na contemporaneidade em tempo, lugar e território diferentes. Bem como, é possível verificar que tais concepções permeiam séculos de uma sociedade que pretendeu se transformar e que se permitiu evidenciar sob condições históricas a preparação do conceito de criança e infância.

Nota-se então que a história da criança é contada a partir da concepção do adulto e que esse olhar é apropriado pelos interesses defendidos pela classe dominante. O que vemos, é que apesar da história da criança ser contada pelos adultos, levam-se em consideração os fatos que envolvem cada criança e sua realidade sociocultural.

Destacamos os estudos de Ariès (2006) sobre a criança na concepção histórica, antropológica, filosófica, social e educacional, contribuindo para o avanço do conceito de infância que conhecemos na contemporaneidade.

O termo semântico infância tem origem no latim *infans*, que significa aquele que não fala. Para Ariès (2006), a palavra *enfant*, que quer dizer também alguém que não fala, cujo significado tem correspondência em diversos textos da Idade Média: *Le Grand Propriétaire de toutes choses* (Livro VI) (ARIÈS, 2006, p 6.). Esta discussão é instigadora, e o autor mostra outro aspecto sobre as idades que correspondem aos planetas, referidas preliminarmente ao número sete:

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino. (ARIÈS, 2006, p. 6)

De acordo com o autor, a primeira fase da criança é a infância, onde a mesma não consegue formar palavras e seus dentes ainda não estão formados, antes que saia dessa fase, ela ainda não pode ser considerada como criança. A criança só é considerada como tal, a partir do momento em que deixa os sete anos de idade, nessa fase a criança deixa sua infância e passa a ser criança.

A fase da criança também é dividida em etapas, observa-se a partir daí que o significado que se atribui a criança da antiguidade reflete no significado de criança que temos hoje. Percebe-se que essa visão sobre a infância é uma construção existente a partir do final do século XIX, passando pelo século XX até o presente século XXI, mas que por muito tempo se questionou: qual o papel da criança e da infância na sociedade? O que significa essa etapa da vida humana e em que consiste a sua vivência? Que sujeito é esse (a criança)?

Ariès (2006) com seus estudos sobre a criança na Idade Média identificou uma concepção cultural muito elementar na sociedade da época, a criança era vista como “adulto em miniatura”. A sociedade, segundo ele, até por volta do século XVII, não tinha conhecimento sobre a infância ou não tentava representá-la de alguma forma, fosse na sua particularidade do aspecto de ser criança ou na sua fragilidade. Essas crianças da época pouco se diferenciam dos adultos, a não ser pelo tamanho (criança, pessoa pequena; adulto, pessoa grande), já que as mesmas praticavam os mesmos ofícios que os adultos e participavam de tudo com eles.

Na figura 1 a seguir percebemos que as crianças e o bebê se vestem da mesma forma, ambos não se distinguem nas suas vestes, não há uma particularidade entre eles. Todas as crianças usam roupas justas e apertadas, algo mais interessante nessa imagem é que as crianças grandes, média e pequena são representadas na pintura com o mesmo traço no rosto que não as distinguem uma da outra, a diferenciação acontece pelo tamanho.



Figura 1: Obra de Philippe de Champaigne: The Habert de Montmort Children, 1649.

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/434315957794637204/>

Quando surgiu o primeiro sentimento relacionado à infância, esta ideia estava ligada a dependência, ou seja, quando ainda estamos no estágio de criança ou bebês, dependemos de outra pessoa para nos vestir, alimentar, dar banho, etc.; são casos de total dependência dos adultos para que possamos sobreviver a essa primeira etapa da vida. Sem dúvida, a criança pequena precisa do adulto para sobreviver, tornando-se dependente dele, então pode-se dizer que alguém sai da infância quando acaba a dependência total do adulto.

Na vida moderna, nas sociedades contemporâneas, é comum relacionarmos a infância e a criança a contextos socioculturais diferentes. Ao longo do período histórico, o que se tem ocorrido é uma forma de representar a criança e sua infância e a adolescência de forma separada, porém esses dois conceitos dependem um do outro. Observamos que durante o século XVIII à fase da adolescência e da infância foi confundida, não havia um único nome para designar a criança do adolescente. Essa outra fase de adolescência pela qual a criança passava, também foi desconhecida pela sociedade.

Foi durante os séculos XVI e XVII que as crianças em idade escolar receberam o primeiro nome, chamavam-se de *baby*, foi a partir daí que criança deixou de ser criança pequena e passou a ser chamada de *bebê*, que em francês significa bebê. Um grande marco para esses pequeninos, que por muito tempo foram tratados como adultos em miniaturas.

Com as mudanças ocorridas na época em que se procurava uma designação para criança, ao mesmo tempo a sociedade se transformou, e junto com ela a educação. Com os avanços educacionais, a criança passou a ser protegida pelo adulto. Nesse sentido, vemos que a história da infância surge com uma vasta possibilidade para pensarmos a criança que temos hoje. E que a educação contribuiu de forma significativa para a formação dessas reflexões.

2.1 Criança e Infância na Iconografia Visual por Phillipe Ariès

O conceito de iconografia é formado por Panofsky (2007) como um método que se aplica à história da arte, em que as artes figurativas se apresentam como figuras da realidade. Nessa perspectiva, as imagens consideradas por Ariès (2006) são tratadas como uma coleção arqueológica e passam ser vistas como método iconográfico. As imagens têm como fonte de pesquisa a história, elas possuem informações de algo real ou imaginário que registraram a história da criança e sua família na Idade Média. Observa-se ainda que as imagens revelam muitas informações a seu respeito e seus elementos são representados significativamente.

Para Ariès (2006) a obra de arte é referência na história da infância, o livro do autor intitulado História Social da Criança e da Família, focaliza o lugar, a importância e a representação da criança na sociedade durante os séculos XII ao XVII. Essas discussões sobre o tema criança é relevante entre os séculos XVI e XVII, mesmo sabendo que o conceito de infância nem se quer havia sido forjado. A infância com o decorrer do tempo, tomou diferentes significações mediante o imaginário do homem em sociedade. Por isso, entende-se que o nome da criança ao nascer, não tinha necessidade.

Sabe-se que em cada período histórico a criança fora vista como substituível, essa condição foi aceita por muito tempo. Na Idade Média qualquer designação nominal atribuída à criança era considerada como algo incerto, por isso, muitas famílias nomeavam a criança pelo segundo nome ou sobrenome, o qual indicava a família que o bebê pertencia. Esta forma de registro (nome e sobrenome) é vestígio deste passado que ainda vivemos hoje: nosso nome é completado por um, dois ou três sobrenomes referentes à família que pertencemos, são atributivos ao pai e a mãe.

Do mesmo modo, a idade chegou a se tornar algo merecedora de atenção especial, então passou a ser escrita nos retratos de família como um sinal de individualização e como exatidão – as datas escritas nos documentos visuais referiam-se ao tempo de existência das pessoas, pois não se sabia ao certo a idade, e as datas presentes nas pinturas, revelavam o tempo passado – das memórias de vida dos familiares.

Ariès (2006) mostra que por imposição dos párocos franceses é que se chegou a uma exatidão referente às idades, pois essa exatidão das idades estava expressa nas pinturas que registravam as famílias – homens, mulheres e crianças. A partir daí, reformadores religiosos e civis exigiram que se datassem os documentos para se conhecer com exatidão a idade – os burgueses foram os que mais se enquadravam nesse conceito, pois como passavam pelo colégio (escola) em geral se documentava os alunos através de imagens (ARIÈS, 2006).

A obra citada por Ariès (2006) é feita pelo artista Pourbus (1551), retrata um homem, chefe de família na sala de sua casa, aparentemente sério olhando para frente, em sua mão direita ele segura um objeto, atrás do homem no lado esquerdo encontra-

se um anjo representado como uma criança pequena, na parte à direita observa-se algo escrito, que podemos identificar que seria nesse período a representação de sua idade. Veja figura 2.



Figura 2 – Retrato de Jean Fernaguut, por Pourbus, 1551

Fonte: <http://frayco.blogspot.com.br/2013/10/pieter-pourbus.html>

De modo similar, na figura 3, o mesmo artista retrata uma mulher ao lado de um cachorro, ela está segurando um objeto na mão direita olhando para o lado esquerdo, atrás dela, do lado direito encontra-se um anjo também representado como uma criança pequena, aparentemente por suas vestes é pertencente a uma família burguesa, que nos permite levar em consideração que o homem representado na figura 2 seria seu marido, ambos pintados similarmente, a escritura acima de sua cabeça e ao lado direito pode ser a representação da sua idade ou a data em que nascera.



Figura 3 – Adrienne de Buc, Pourbus, 1551

Fonte: <http://frayco.blogspot.com.br/2013/10/pieter-pourbus.html>

As pinturas (figura 2 e 3) trazem uma preocupação do artista e da pessoa que estava sendo retratada, em relatar e/ou registrar a data de algum acontecimento e inclusive sua idade. Observa-se nessas figuras quando atrás das pessoas pintadas, há escrituras que datam o ano. Vários retratos de família foram pintados dessa forma, a preocupação em registrar a idade começou pelas camadas burguesas. Essa referência em datar a época e a idade estava ligada ao simbolismo familiar, é comum nessas pinturas encontrarmos esses registros dos anos sobre a tela pintada. Na maioria das vezes os retratos de família do século XVI formam pares, um representa o marido (Figura 2) e o outro representa a mulher (Figura 3). Em ambos os retratos, trazem a mesma data e ano de indicação (*Anno domini* 1551), mas com idades diferentes: na Figura 2 lê-se *Aetis suae* 29, e na Figura 3, 19.

Em outros momentos, há retratos em que a família está toda reunida, marido, mulher e filhos. O pai e a mãe estão em pé e as crianças estão sentadas no chão, o homem põe sua mão em cima do ombro da mulher, ela por sua vez está segurando com uma mão uma flor e a outra mão está como apoio, atrás do homem tem uma escritura datando aquela época do retrato e/ou alguma data importante, atrás dos adultos há uma pintura de um homem e uma mulher sendo retratados nus, como a figura 4 mostra a seguir.

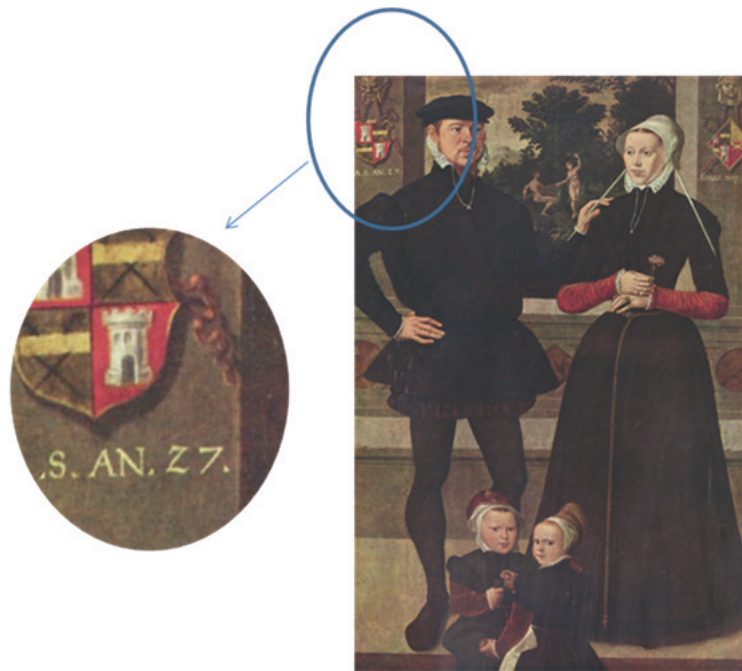


Figura 4 – Van Gindertaelen, 1559, Pourbus.

Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/504895808207684766/>

Nessa pintura a família é representada pelo pai, mãe e seus filhos. Até certo momento não sabiam de fato sua idade, quando se chegou a uma exatidão dessas datas e acontecimentos, os adultos poderiam revelar quantos anos tinham, mesmo que fosse de forma imprecisa.

A idade em certo momento, mesmo tida com exatidão ou com um breve pensamento dessa precisão, as crianças escolarizadas por questão de boas maneiras, não podiam revelar sua idade claramente, e quando o faziam, era de forma mais reservada, mesmo não sabendo a real e exata idade de seu nascimento. O humanista e pedagogo Thomas Platter citado por Ariès (2006, p. 4), revela em uma paráfrase onde nasceu, mas não fala sua idade com certeza, ele trata o dia do seu nascimento como um dia de festa:

[...] “E, para começar, não há nada que eu possa garantir menos do que a época exata de meu nascimento, responderam-me que eu tinha vindo ao mundo em 1499, no domingo da Quinquagésima, no exato momento em que os sinos chamavam para a missa”.

O que se vê é a citação de um personagem que não sabe sua idade correta, e é impreciso quanto ao fato de se referir a sua idade. Algo que não pode ser levado à risca, já que nesse período não sabia ao certo a data precisa de nascimentos. Daí em muitos casos, as lembranças de fatos referentes a realidade histórica são elementos importantes para verificar datas de nascimento.

A figura 5 mostra uma família, pai e mãe carregando seus filhos, o pai está sentado e a criança está em pé, a mãe está sentada com a outra criança e esta,

segura um objeto em suas mãos, os pais estão com uma de suas mãos apoiadas numa mesa, nessa mesa há vários objetos com papéis, jarro com flores, etc., acima de suas cabeças há um pergaminho colocado no centro da família.



Figura 5 - Antoon Anselme, 1572, Martin de vos.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marten_de_Vos_Anselmus-1-.jpg

Essa pintura parece estar ligada ao sentimento de família na época, que se preocupavam em registrar seus momentos. As datas que aparecem registradas nas obras de arte, correspondem aos acontecimentos relativos a vida familiar, tratava-se, portanto de registros históricos.

As idades das pessoas segundo o autor passaram por várias mudanças históricas, e algumas das formas de representar essa cronologia das idades, eram os elementos da natureza, o estudo dos astros, fenômenos naturais e sobrenaturais, festas populares, de acordo com o calendário da época ou com os santos. Todas essas formas cronológicas de representar as idades enfatizava-se num contexto da teologia com uma visão mística. Eram representações abstratas que para o homem daquele período histórico, fazia sentido, era uma forma de saber quase ao certo sua idade.

Para Ariès (2006), as chamadas “idades da vida” correspondiam às representações dos planetas, dos elementos da natureza, dos estudos dos astros, que serviam para determinar o desenvolvimento do homem desde seu nascimento até a velhice. Essas idades correspondiam a cada etapa de seu desenvolvimento, a um período diferente da vida. Nem todos os homens e mulheres percorriam todos esses ciclos da vida, principalmente as crianças, muitas morriam ao nascer, a sociedade e a família não se preocupavam com a taxa de mortalidade dos “pequeninos”. As crianças tinham uma participação ativa no mundo do adulto, porém, com tanta participação, só ingressavam no mundo dos adultos após sair da dependência deles, como afirma Ariès (2006, p.11): “Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos degraus mais

baixos da dependência”.

A infância então fora considerada a passagem da vida infantil para a vida adulta, o que deveria ser superada pela criança (ARIÈS, 2006). Por outro lado, o recém-nascido não despertava apego pelas famílias, como alguém que pudesse desenvolver laços afetivos, mas era considerado uma “criaturinha” que se não fosse cuidada, logo morreria. Por isso, sua morte não motivava tristeza para os familiares, já que a alta mortalidade infantil era frequente.

Entende-se que essa foi uma época em que o sentimento de amor fraterno não existia, a criança nascia e quando completava sete anos já estava inserida no mundo dos adultos. Participava de tudo: conversas vulgares sem pudor, jogos, brincadeiras, inclusive os ofícios. Nesse contexto, a criança era vista como um ajudante nas tarefas para sociedade e no âmbito familiar uma fonte de renda, pois nessa idade ela já podia trabalhar e ajudar em casa.

Não havia até então uma preocupação em resguardar as crianças da influência dos adultos. Visto que ela era treinada desde cedo para agir e ser como adulto, mesmo que sua idade não correspondesse a essa etapa, ou até mesmo contra sua vontade. Desta forma, a criança foi vista como substituível, ser produtivo que tinha obrigações com a sociedade, ou seja, a criança que já participava do mundo do adulto, uma vez inserida nele, deveria agir como tal, cumprindo com suas responsabilidades perante a coletividade em grupos. A criança por muito tempo não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características, necessidades e vontades próprias, e sim “homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 2006, p. 18).

Observa-se na figura 6 uma mulher que está com um bebê nos braços, ambos estão no centro da pintura representando a Virgem Maria e o Menino Jesus, no lado esquerdo tem homem de joelhos olhando para eles, na sua frente há duas crianças, uma que pode ser identificada como criança e a outra como bebê, no lado direito encontram-se duas mulheres e uma jovem que também estão de joelho, todos olham para uma direção, inclusive os bebês.



Figura 6 - Obra de Hans Holbein, Família Meyer, 1526.

Fonte: <https://josemarbiografias.blogspot.com.br/2006/06/hans-holbein-o-jovem.html>

É interessante notar nessa pintura que os bebês são representados sem roupas, nus, como sentimento de pureza e inocência, porém, os traços de seus corpos e rostos ainda são como os dos adultos, braços e pernas musculosos, diferenciando assim, a criança do adulto apenas pelo tamanho. Mesmo em temas religiosos as crianças eram retratadas como pequeno adulto, não tinha ainda particularidade de sua representação e ambos ainda compartilhavam dos mesmos hábitos. Mas foi no século XVII que os adultos sentiram a necessidade de separá-las dos adultos.

Nesse contexto, o conceito de infância ou o sentimento que surge a partir do século XVII, fez com que a sociedade separasse o mundo da criança do mundo do adulto, a partir daí as crianças não poderiam compartilhar o mesmo modo de vida dos adultos. A igreja que antes tolerava a grande taxa de mortalidade, os maus tratos, o abandono e a imposição de tarefas, começou a questionar essas práticas e passou a defender as crianças e a preservar sua infância, que agora estava ligada a espiritualidade.

A criança era comparada com um anjo e associada ao Menino Jesus, por isso, sua inocência deveria ser resguardada dos segredos do mundo adulto, desse modo há de se considerar que muito

[...] embora a mortalidade infantil se tenha mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuía esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes (ARIÈS, 2006, p. 25).

Com esse novo sentimento a respeito da infância, a família passou a ter mais contato com a criança, surgindo também junto ao sentimento de infância, o sentimento de apego e paparicação das crianças. Nesse momento, a família estabelece um laço mais forte com a criança, surge aqui, o afeto entre pais e filhos e a preocupação e cuidados com esse pequeno ser, tão frágil e inocente. A criança passaria a ser educada em casa pela família, não havia mais sentido deixá-la a mercê da sorte, pelo contrário, deveria ser resguardada e protegida.

O surgimento do sentimento moderno de infância estava ligado a criança como forma de proteção dos segredos dos adultos. Segredos que eram resguardados não só por alguns moralistas da época como também, a sociedade. Surge aqui, um grande movimento interessado em manter a inocência da criança intacta, livre das luxúrias do mundo. Esse movimento aparece com função disciplinadora. A criança nesse período deixaria de ser educada pela família.

O processo educativo contribuiu para a separação entre a criança e o adulto, ao menos da sua participação ativa em seu meio, pois nos locais onde se ensinava, não havia separação de idades, a criança mais uma vez estava parcialmente convivendo e aprendendo com os adultos, mas agora sob a supervisão dos religiosos.

A estratégia dos moralistas nesse período era de separar a criança das rudezas do adulto, mas com o acesso da criança no colégio, ela ficava mais próxima ainda desse mundo, onde o ensino e a idades dos que frequentavam a escola, eram misturados. Desta forma, a criança ingressava mais cedo nesse convívio e continuava partilhando das mesmas coisas que os adultos, como nos afirma Ariès (2006, p. 109).

Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Essa confusão, tão inocente que passava despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade, e também um de seus traços mais, pertinentes, na medida em que correspondia a algo enraizado na vida.

A mistura de idade dos alunos era bem vista pela sociedade, mas com a preocupação de separar as crianças pequenas das tentações do mundo, surgiu uma necessidade em separar essas crianças dos adultos, dando início no século XV a divisão da classe escolar, primeiro por capacidade, posteriormente, crianças e adultos, “graças a esse modo de vida, a juventude escolar foi separada do resto da sociedade, que continuava fiel à mistura das idades, dos sexos e das condições sociais” (ARIÈS, 2006, p. 111). Assim, o ensino que era para os clérigos, passou a ser um ensino voltado para crianças e jovens, mais uma vez, percebe-se a preocupação em separar as crianças dos adultos, esse sentimento tornou-se cada vez mais forte.

Vemos que em todo o período da história da infância, a criança é preparada desde cedo para ingressar no mundo dos adultos, uma vez inserida nesse mundo, ela por sua vez, deverá cumprir com suas funções sociais. Com as evoluções no que diz respeito a criança, as relações sociais tiveram grandes transformações na

Idade Moderna, a criança passa a ter um papel de grande importância no seio familiar, dessa forma, os laços entre adultos e crianças e pais e filhos se estreitaram sendo fortalecidos pelo sentimento em preservar e cuidar da infância.

3 | CONCLUSÃO

Ver como se representa a criança na história, com seus artefatos lúdicos e circunstâncias educacionais, políticas e culturais é promover uma acessibilidade relacionada à forma estética que concebe a informação de um mundo preparada pelos adultos, codificado e criptografado ao ponto de impossibilitar qualquer unidade do pensamento dirigido pela razão, mas mostra uma realidade de representação, a da criança.

O padrão cultural onde a criança vive, em geral, é elemento de contraponto com as ideias de reconhecimento da criança como indivíduo que tem suas próprias vontades e o direito a exercer sua cidadania. As crianças nem sempre foram vistas como sujeitos de ação. Ao longo do período, seus conceitos e atribuições à infância, desaparecem e aparecem em determinados momentos da história. A sociedade tradicional mal via a criança, não havia um sentimento de preocupação. Recebiam os primeiros cuidados quando pequena, logo, era ingressada no mundo dos adultos, partilhando de seus hábitos.

É cada vez mais forte o reconhecimento da criança e da infância, mas nos falta como adultos resguardar essa inocência do que é ser criança, o que nos remete a entendermos de que forma a criança fora vista na Idade Média e que valorização ela tinha e tem perante o mundo adulto. Percebemos que a infância passou por diversas transformações, a criança foi ganhando espaço no mundo adulto, como criança de fato, tendo seus direitos resguardados e sendo tratada com respeito e consideração pelos adultos.

O contexto histórico e cultural no qual esses conceitos e ideias foram formados, se apresentam na nossa contemporaneidade quase da mesma forma como no tempo decorrido na história. Vemos que tais concepções foram se modificando a cada século, a partir dessas transformações, nos é permitido evidenciar as condições históricas na qual o conceito de criança e infância foi construído.

A infância é um artefato e não um fator biológico, sendo necessário ser separada da vida adulta para protegê-la e guardá-la. Nesse sentido, quando o mundo do adulto muda, conseqüentemente, o mundo da criança também muda, e diante desses aspectos, enfatiza-se que a criança quando cresce num ambiente cuja modalidade não a protege, desenvolve-se numa ausência de infância. Implicando assim, desenvolver um perfil de criança sem infância, sem sua particularidade, dessa forma, uma infância oculta.

Nesse contexto histórico-cultural de formação e transformações da ressignificação

do que é ser criança, nos deparamos com um passado que não passou, onde podemos notar que as crianças que faziam parte do mundo do adulto, se olharmos ao redor, podemos encontrá-las.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CHAMPAIGNE, Philippe. **The Habert de Montmort Children**. 1649. Color. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/434315957794637204/>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

HOLBEIN, Hans. **Família Meyer**. 1526. Color. Disponível em: <<https://josemarbiografias.blogspot.com.br/2006/06/hans-holbein-o-jovem.html>> Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. Trad. M. C. F. Keese e J. Guinsburg 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Trad. Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

POURBUS. **Retrato de Jean Fernaguut**. 1551. Color. Disponível em: <<http://frayco.blogspot.com.br/2013/10/pieter-pourbus.html>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

POURBUS. **Retrato de Adrienne de Buc**. 1551. Color. Disponível em: <<http://frayco.blogspot.com.br/2013/10/pieter-pourbus.html>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

POURBUS. **Van Gindertaelen**. 1559. Color. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/504895808207684766/>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

VOS, Martin de. **Antoon Anselme**. 1572. Color. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marten_de_Vos_Anselmus-1-.jpg>. Acesso em: 10 de Outubro de 2015.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-95-6



9 788585 107956